

Promotores públicos e juízes tomaram para si a tarefa de evitar a evasão escolar em quatro cidades das vizinhanças de Ribeirão Preto. Há quatro anos, a população de Motuca, Rincão, Américo Brasiliense e Santa Lúcia aprende com eles uma lição curta, clara, que define uma relação definitiva: criança fora da escola = pais dentro da cadeia. Baseados no artigo 246 do Código Penal — que estabelece a prisão para crime de abandono intelectual —, eles impediram o afastamento dos menores das salas de aula. Quem não se intimidou com a ameaça de um mês de prisão acabou convencido pelas multas, baseadas no artigo 249 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Em parceria, o Ministério Público e o Poder Judiciário reduziram o índice de evasão escolar de 12% para 1% naqueles municípios.

A existência de menores que são arrimo de família não se pode transformar em razão para cumplicidade com a evasão escolar. Em Cravinhos, na mesma região, um projeto da Promotoria de Justiça garante o orçamento familiar sem tirar dos menores o direito ao estudo. No Serviço de Aprendizagem Rural ao Adolescente, além do ensino básico, o trabalho é oferecido na piscicultura, nos pomares e na preservação do ambiente. O aluno de hoje é o bôia-fria de ontem, menino analfabeto. A experiência mostrou que a presença das crianças em salas de aula não elimina apenas o analfabetismo. Nessas cidades citadas, a busca pelas causas que afastavam os meninos das escolas levou à descoberta de casos de abusos e violência física contra crianças cometidos por parentes. Descobriu-se também um grande número de

meninos que se haviam tornado alvo dos traficantes de drogas. As autoridades garantiram a esses menores assistência médica. Pais que abusavam dos filhos estão sendo processados e podem perder a guarda das crianças.

Essa experiência não pode ser encarada como uma tentativa isolada com final feliz. Há que aprender com ela. O País necessita da reprodução constante desse tipo de exigência de cumprimento da lei. Antes de atribuir o êxito da experiência à pequena dimensão do universo em que ocorreu, é bom lembrar que a descentralização é a base de toda ação moderna de desenvolvimento humano e so-

cial. Nas médias e grandes cidades, os bairros podem ser tratados como uma pequena comunidade interiorana por autoridades e habitantes. Aliás, a estrutura do Ministério Público e do Poder Judiciário permite que seja.

**Promotores e juízes vencem analfabetismo pondo na cadeia pais que tiram filhos das escolas**

balho e determinação. Nas quatro cidades da região de Ribeirão Preto, as autoridades se fixaram um objetivo e persistiram até alcançá-lo. O que torna a região diferente é a vontade de trabalhar, pelo cumprimento das leis.

Para ampliar a experiência desenvolvida no Interior, bastará que se deixem de lado o comodismo e as teorias complicadas. A realidade brasileira pode ser transformada com as velhas lições de tra-